

Eletropaulo



Luz de Caruaru Energia S.A.

CNPJ: 46.446.055/0001-20

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Luz de Caruaru Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado.....	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Luz de Caruaru Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Luz de Caruaru Energia S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luz de Caruaru Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luz de Caruaru Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.305
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão	4	295
Outros créditos		253
Total do ativo circulante		7.853
<u>Ativo não circulante</u>		
Intangível	5	3.062
Total do ativo não circulante		3.062
Total do ativo		10.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>		
Fornecedores	6	1.307
Outras obrigações fiscais		129
Total do passivo circulante		1.436
<u>Passivo não circulante</u>		
Tributos diferidos	12	100
Total do passivo não circulante		100
<u>Patrimônio líquido</u>	8	
Capital social		21.028
Capital social (a integralizar)		(10.514)
Prejuízo do exercício		(1.135)
Total do patrimônio líquido		9.379
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Período de 1º de abril de 2022 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	2022
Receita líquida	9	295
Custo do serviço	10	(1.429)
Prejuízo bruto		(1.134)
Despesas operacionais	10	
Despesas gerais e administrativas		(26)
Total despesas operacionais		(26)
Resultado do serviço		(1.160)
Resultado financeiro	11	
Receitas financeiras		147
Despesas financeiras		(22)
Total do resultado financeiro		125
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.035)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(100)
		(100)
Prejuízo do exercício		(1.135)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Período de 1º de abril de 2022 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2022**Prejuízo do exercício****(1.135)****Total de outros resultados abrangentes do exercício****(1.135)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período de 1º de abril de 2022 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	(-) a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital	21.028	(10.514)	-	10.514
Prejuízo do exercício	-	-	(1.135)	(1.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.028	(10.514)	(1.135)	9.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Período de 1º de abril de 2022 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022
Atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(1.135)
Redução (aumento) dos ativos:	
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	100
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão	(295)
Outros créditos	(253)
Aumento (redução) dos passivos:	
Fornecedores	1.307
Outras obrigações fiscais	129
	(147)
Atividades de investimentos:	
Adições para ativo intangível	(3.062)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(3.062)
Atividades de financiamentos:	
Integralização de capital social	10.514
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	10.514
Variação no caixa líquido da Companhia	7.305
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Luz de Caruaru Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado controlada pela Enel X Brasil S.A., com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 1º de abril de 2022, tem como objeto social execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Caruaru, nos termos do contrato de concessão a ser firmado com este Município, conforme o Edital de Concorrência Pública 001/2022 e Processo de Licitação Nº 034/2021.

Em 17 de fevereiro de 2022 foram abertos os envelopes para licitação de modernização e manutenção do parque de iluminação pública do município de Caruaru. Na ocasião o consórcio liderado pela Enel X Brasil S.A. apresentou a melhor proposta. Consórcio liderado pela Enel X Brasil S.A. foi homologado vencedor em 24 de março de 2022, assinado o contrato em 06 de julho de 2022, e assim iniciando a fase pré-operacional. Em 02 de fevereiro de 2023 foi publicada a ordem de serviço para início da execução dos serviços. Neste momento, a Luz de Caruaru está na fase de modernização, visando atingir o 1º marco da concessão.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 5 de junho de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPCP 15 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para processos judiciais e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a rentabilidade média da carteira foi 99% do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco. No período de 1 de abril de 2022 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022, não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	551
Aplicações financeiras	6.754
Total	7.305

4. Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão

O ativo financeiro foi constituído a partir dos custos incorridos com a modernização da Iluminação Pública do município de Caruaru através da concorrência pública nº 001/2022 com prazo de 20 anos e a Companhia possui o direito incondicional de receber caixa pela prestação de serviços de infraestrutura de iluminação pública.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contraprestações serão mensais, cujo recebimento se deu a partir do cumprimento da obrigação de performance estabelecido em contrato e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 que estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47. Uma vez que os recebimentos são garantidos contratualmente, por meio da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, não há reconhecimento de perda por recuperabilidade.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	31.12.2022
Saldo do início do exercício	-
Adição do ativo financeiro da concessão	295
Saldo do final do exercício	295

5. Intangível

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Entidade tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo remanescente do contrato de Parceria Público Privada (PPP), líquido de seus valores residuais estimados, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2022, os custos incorridos com a estruturação da Parceria Público Privada (PPP) realizado por uma empresa de consultoria especializada foram classificados como custo incremental no Intangível, uma vez que estão diretamente relacionados com a obtenção do contrato de concessão administrativa para prestação de serviços de iluminação pública, incluídas a modernização, eficiência, expansão, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública celebrado com a Prefeitura Municipal de Caruaru-PE assinado em 06 de agosto de 2022.

A amortização será reconhecida pelo prazo remanescente do contrato de 20 anos, tomando por base a data de eficácia do contrato, que ocorreu em 26 de janeiro de 2023, com a publicação da ordem de serviço no Diário Oficial de Caruaru.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do intangível é conforme segue:

	Em serviço		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Adições	3.088	(26)	3.062
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.088	(26)	3.062

6. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores. O montante de R\$ 1.307 em 31 de dezembro de 2022 refere-se a materiais e serviços de terceiros, prestados no exercício de 2022, vide nota explicativa nº. 13.

7. Provisão para processos judiciais e outros riscos

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

8. Patrimônio líquido

8.1 Capital social

A seguir a composição acionária em 31 de dezembro de 2022:

	31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel X Brasil S.A.	10.724.076	51,00%
Selt Engenharia Ltda.	5.151.762	24,50%
Mobit - Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda.	5.151.762	24,50%
Total	21.027.600	100,00%

9. Receita Líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

9.1 Receita de serviço

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

	2022
Receita de serviço	295
Total	295

10. Custos e despesas operacionais

	2022		
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 13)	(1.429)	-	(1.429)
Depreciação e amortização	-	(26)	(26)
Total	(1.429)	(26)	(1.455)

11. Resultado financeiro

	2022
Receitas financeiras	
Renda de aplicação financeira	154
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(7)
	147
Despesas financeiras	
Despesas bancárias	(22)
	(22)
Total	125

12. Impostos de renda e contribuição social

12.1. Imposto corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Diferidos	(73)	(27)
	(73)	(27)
Base de cálculo	(1.035)	(1.035)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-
Total	-	-

12.2. Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais	Resultado
	31.12.2022	2022
Tributos diferidos passivos:		
Provisão de receita	(100)	(100)
Total	(100)	(100)

13. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores e minoritários, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

	Vigência	31.12.2022 Passivo	31.12.2022 Custo
Prestação de serviços			
Selt Engenharia Ltda.	31 de dezembro de 2022	(1.307)	(1.429)
Total		(1.307)	(1.429)

Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022.

14. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1 Instrumentos financeiros

13.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.12.2022	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	7.305	7.305
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão	Custo amortizado	2	295	295
			7.600	7.600
Passivo				
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.307	1.307
			1.307	1.307
			8.907	8.907

* Conforme detalhado na nota explicativa 13.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como Caixa e equivalente de caixa, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

13.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** – dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** – dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras dos limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e a área de controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três “linhas” desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional Isso 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as unidades de negócio e seus respectivos *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e ativo financeiro da concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

14. Eventos subsequentes

Em 02 de fevereiro de 2023 foi publicada a ordem de serviço para início da execução dos serviços no Município de Caruaru, nos termos do Contrato de Concessão a ser firmado conforme o Edital de Concorrência Pública 001/2022 e Processo de Licitação Nº 034/2021.